

# Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de  
História e do Programa de Pós-Graduação em  
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá  
Brasil

Morelli, Ailton José

Memórias de infância em Maringá: transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990)  
Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.

17, núm. 1, enero-abril, 2013, pp. 361-369

Universidade Estadual de Maringá  
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305528853016>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## **Memórias de infância em Maringá: transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990)<sup>\*</sup>**

*Ailton José Morelli<sup>\*\*</sup>*

---

Maringá foi fundada por uma empresa colonizadora, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, como um dos polos da colonização, em uma estrutura composta por cidades médias mais distantes e por cidades pequenas em torno. As fases de formação, de vendas dos lotes e de sítios, assim como de organização propriamente dita do espaço urbano aconteceram, aproximadamente, de 1940 a 1970. Da mesma forma que Londrina, Umuarama e Cianorte, outras cidades principais desse projeto de ocupação, Maringá conquistou expressão no Estado do Paraná, onde se tornou referência como um de seus principais pontos de desenvolvimento industrial e de serviços.

A ocupação da região de Maringá baseou-se economicamente na produção de café até o início da década de 1970. No Brasil, desde 1960, implantara-se uma política de racionalização dessa produção por meio de apoio financeiro, orientando a retirada dos pés de café antigos e sua substituição por outra cultura ou, ainda, pelo plantio de café de espécies consideradas mais rentáveis e que utilizavam menos área. Trata-se de um período de enormes contrastes, tanto econômicos e sociais, quanto no que se refere à relação urbano/rural, representando profundas mudanças no país, no Paraná e na própria região.

Começou, então, uma grande transformação na região - que se estenderia até meados da década de 1990 -, incluindo o impacto de várias

---

\* Resumo de tese recebido em 27/01/2013. Aprovado em 02/03/2013.

\*\* Doutor em História Econômica pela USP, São Paulo, Brasil, sob a orientação da Profa. Dra. Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura. E-mail: [ajmorelli@uol.com.br](mailto:ajmorelli@uol.com.br)

geadas como a de 1975, em que toda a produção cafeeira foi destruída, contribuindo com a campanha de sua substituição por cana-de-açúcar, soja e produção pecuária. Esse processo provocou uma movimentação populacional entre cidades, dirigida principalmente da zona rural para áreas urbanas, reforçada pela progressiva mecanização do campo e a implantação da legislação do trabalhador rural. Em Maringá a população aumentou em números aproximados de 104.000 para 239.000 habitantes, passando a população rural de 54%, em 1960, para menos de 5%, em 1990 (MORO, 2003, p. 54). Entre todas essas mudanças, o município de Maringá se consolida como centro regional de distribuição de bens, inclusive no que se refere à distribuição de alimentos em todo o comércio e de prestação de serviços para a região, nas áreas de ensino e saúde, por exemplo, contando com investimentos empresariais e escritórios regionais de vários órgãos do governo estadual. Além disso, com o avanço da plantação de soja e de outras culturas, a produção de café deixou de ser a principal fonte econômica da cidade, ampliando-se a instalação de pequenas fábricas e os serviços de beneficiamento dos produtos agrícolas para atender o mercado regional, estadual e de São Paulo.

O discurso sobre a necessidade de urbanizar o país é retomado na década de 1960 e difunde-se a criação de órgãos assessores nos três níveis do executivo<sup>1</sup> para a implantação de um plano nacional de urbanização (DEÁK; SCHIFFER, 2004, p. 13). O governo paranaense realiza um amplo diagnóstico nos municípios visando à elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento para cada um deles, seguindo as diretrizes estaduais. O PDD de Maringá é concluído em 1967, e a década de 1970 representa, assim,

<sup>1</sup> Nesse sentido, foram criados instituições e órgãos de pesquisas ligados ao governo ou independentes, como o Centro de Estudos e Pesquisa de Administração Municipal (Cepam) criado em 1960 em São Paulo e no Paraná, primeiro a Comissão de Desenvolvimento Municipal (Codem) em 1963 e, depois, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) em 1973.

o período em que Maringá assume oficialmente seu caráter urbano e estabelece as formas de atuação da municipalidade: (...) como cidade definitivamente implantada e vivendo agora os reflexos de uma conjuntura econômica diversa da que permitiu sua consolidação urbana (MARINGÁ, 1967, p. 94).

A justificativa desse documento funda-se na necessidade do poder público de definir racionalmente e, embasado em diagnósticos especializados, determinar a organização do município, assim como as formas de aplicação das medidas consideradas necessárias.

A relação da população com essas medidas é sempre conflituosa e tende ao distanciamento diante das dificuldades de acesso às mesmas, ou, ainda, pelos problemas sociais mais amplos que enfrenta, tais como falta de recursos, de tempo, de emprego ou mesmo, excesso de trabalho. Trata-se de questão indicada como grave no Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá (1967, p. 45) para construir uma **sociedade urbanizada** e superar as influências de uma sociedade culturalmente rural. É importante lembrar que uma cidade como Maringá, mesmo nas últimas décadas do século passado, possui uma relação urbano/rural inseparável. Esse novo rural ou uma estrutura urbana voltada para a produção agropecuária mistura atitudes e organizações de diferentes tempos e lugares. Afinal, o possível acesso ao televisor, que reproduz imagens coloridas, e o uso do ferro de passar, ainda aquecido com brasa, são situações presentes e visíveis até a década de 1980.

No caso das crianças, esse distanciamento das ações do governo é muito maior. Nos serviços mais próximos às necessidades das crianças, tais como os voltados para a saúde, o lazer e a educação, deparamo-nos com o agravamento provocado pela necessidade de precisarem, as mesmas, contar com a disponibilidade de tempo e de recursos financeiros dos pais e responsáveis.

A criança, na cidade em transformação, é uma temática que tem recebido a atenção de diferentes áreas.<sup>2</sup> Na historiografia, a análise da relação da criança com os processos de urbanização não é recente, porém ainda se ressente da necessidade de abordagem mais específica.

Na relação da criança com a cidade, duas pesquisas que trabalham com memória de infância sobre o início do século passado apresentam um enfoque mais direcionado para a infância. Aldrin Moura de Figueiredo (1999), analisando a infância em Manaus, debruça-se sobre romances, livros de memórias e poesias. Em *Memória de velhos*, Ecléa Bosi (1987), nesse caso a partir de fontes orais, relata a memória da infância diante das mudanças provocadas pela urbanização na cidade de São Paulo. Analisando a memória de infância no meio rural mais recente, Bressianini (2006) focalizou a infância no âmbito de um grupo familiar residente em um bairro rural às margens da Água Jacutinga (hoje área de fazenda no município de Ivatuba- PR).

As fontes orais proporcionam condições de pesquisa sobre diferentes fenômenos relacionados com a infância em uma delimitação espacial e temporal acessível. Se a pesquisa de Bressianini levanta questões próprias ao mundo rural, a análise de Bosi aponta questões próprias ao processo de urbanização da cidade de São Paulo em que as atividades consideradas específicas da infância ressentem-se das novas diretrizes e das distâncias sociais que o acompanham, em termos das intervenções do poder público. A análise de Bressianini, no entanto, aprofunda aspectos que são caros à análise aqui empreendida, tais como as dificuldades em definir o que se entende como brincadeira, os momentos que lhe são adequados, o que configuraria ou não perigo para as crianças, o medo suscitado pela presença de pessoas

<sup>2</sup> Com características interdisciplinares dois trabalhos se destacam: *Memória e brincadeiras na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX* (SILVA; GARCIA; FERRARI, 1989) e fruto de um grupo de pesquisa, *Infância, cidade e educação, Infâncias na metrópole* (DEBORTOLI, MARTINS; MARTINS, 2008)

estranhas, principalmente em se tratando de meninas, o quanto esse medo configurava um motivo para impedir que estas fossem com frequência à cidade<sup>3</sup>, ainda que para estudar. São analisados, também, outros desdobramentos quanto à relação com a área urbana, ou seja, o amplo leque de oportunidades que esta apresenta no âmbito do lazer, dos negócios e da moradia.

A delimitação temporal aqui considerada corresponde ao início efetivo da urbanização de Maringá na virada da década de 1960 para 1970 e estende-se até a década de 1980, dadas as mudanças consideráveis e profundas que ocorreram no país e no município em estudo desde então. Exemplos disso são a nova Constituição Federal de 1988, permitindo a consolidação das mudanças no sistema de saúde e a implantação do Sistema Único de Saúde e, em seguida, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei Orgânica da Assistência Social (1993).

Estudar a história da infância no processo de urbanização do Brasil apresenta dificuldades. As fontes nos órgãos públicos, quando existem, raramente estão armazenadas com organicidade suficiente para possibilitar um acesso fácil e permitir analisar o processo de funcionamento desses serviços. No caso de cidades como Maringá, cujo crescimento é relativamente recente e distante dos grandes centros, a qualidade da preservação do acervo documental da Prefeitura é bastante precária, são muitas as dificuldades de acesso às informações e estas apresentam muitas lacunas no período analisado. Após 1992, a documentação já apresenta maior organicidade e melhor preservação. Outra questão digna de nota é a importância que a criança conquistou nas últimas décadas, situação bem diferente antes do processo que levou à aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

---

<sup>3</sup> Ir à cidade muitas vezes se refere ao trajeto da periferia para o centro, mesmo no caso dos que residem dentro do centro urbano.

O contato com a bibliografia e com as fontes, no processo de definição da pesquisa, apresentou o recurso da fonte oral como o mais indicado. Isto se dá primeiro pela possibilidade de um trabalho historiográfico mais próximo da infância, como será discutido no capítulo II; segundo, por possibilitar discutir o processo de urbanização mediante enfoque diferente das instituições e de seus discursos; terceiro, porque o trabalho com a memória permite analisar o passado recente, como é o caso, passado ainda com desdobramentos no presente. Deve-se entender sempre que o depoimento fonte da pesquisa é produzido no presente e é fruto do trabalho da memória com a influência da vida social do depoente até o momento da entrevista.

É importante deixar claro que a pesquisa não se dirige à análise das instituições. O foco incide sobre a análise da memória de infância de moradores de Maringá durante a urbanização da cidade, como apontado acima, entre 1970 e o decorrer da década de 1980. Procurou-se mostrar como o processo complexo de urbanização da cidade ficou registrado na memória dos depoentes, principalmente daqueles que, na época, eram crianças, circunstância esta que ainda permitiu o aprofundamento na questão da formação da memória da infância nos adultos.

Decidiu-se, então, pela realização de entrevistas com pessoas que viveram sua infância em Maringá nas décadas de 1970-1980. A abrangência das perguntas sugeridas aos entrevistados objetivou uma análise de sua relação com a cidade e com o seu cotidiano. Iniciavam-se por moradia, alimentação, transporte, brincadeiras e relações de vizinhança e dos adultos com as crianças para, em seguida, serem abordados os pontos relacionados com trabalho, saúde, educação e lazer.

A permanência de práticas do campo no cotidiano da vida urbana é um fator presente nas entrevistas. Afinal, a cidade que, no período analisado, ainda contava com alguns pequenos sítios e chácaras na área considerada urbana,

explicitava claramente a mescla entre elementos do urbano e do rural, entre o tradicional e o novo, assim como as mudanças percebidas na cidade nesse período.

A escolha dos depoentes seguiu, principalmente, a distribuição geográfica de suas moradias na época, permitindo uma visão mais ampla de centro e de periferia, além de um contato com áreas ainda em fase de incorporação no perímetro urbano.

No capítulo I, a cidade de Maringá é vista em seu processo de urbanização. Suas características vão ficando mais definidas com a passagem da produção de café para a produção de soja e com o papel que assume de entreposto de distribuição de bens para a região. A concentração urbana em um período de êxodo rural e a movimentação humana no Estado chamam a atenção política e empresarial para Maringá. O crescimento é evidente; entretanto, esse crescimento não resulta na percepção de Maringá como um polo urbano, na linha de análise de Milton Santos (2005), assim como de José Eli da Veiga (2003), por exemplo, para quem a ideia de urbanização não elimina as características rurais das cidades. Assim, no caso de Maringá, o contraste entre grandes avenidas, o festival de cinema, a estação de rádio, o teatro, e ruas sem asfalto, falta de luz elétrica na maior parte da cidade, são aspectos relevantes neste estudo, para depois serem analisados em sua permanência na memória dos entrevistados.

Portanto, são analisadas a organização da cidade e sua urbanização nas primeiras décadas, separadas do município de Mandaguari, e a constituição de um núcleo de profissionais para atender as necessidades da população.

No capítulo II, Infância e memória, é realizado um balanço da produção historiográfica brasileira que analisa a infância, suas relações com temáticas nacionais e internacionais e como este trabalho se enquadra na atual discussão. Delimitando as questões da relação da produção historiográfica com

a memória, são discutidos os princípios do recurso metodológico do uso das fontes orais, sua pertinência, relação com a história da infância e os procedimentos adotados para a realização das entrevistas que configuram a base documental desta pesquisa.

No capítulo III, por meio das entrevistas produzidas para esta pesquisa, é analisada a percepção dos entrevistados quanto ao contexto da cidade. Nele é analisado o cotidiano da criança na cidade e como são percebidas as mudanças em Maringá nesse período. Enfatiza-se a relação da criança com o espaço, com os adultos – principalmente com os pais –, com as demais crianças. Nesse sentido, são abordados os brinquedos e brincadeiras, as tarefas diárias que competem às crianças desempenhar, os medos e anseios infantis. A seguir, a ênfase recai sobre o acesso à Saúde e à Educação. Análise que se situa no plano da relação entre a novidade de viver na cidade e a manutenção de práticas rurais.

Finalmente, a título de conclusão, a análise da identificação pelos depoentes do final do período de infância, ou seja, dos momentos em que deixam, em seu próprio entender, de ser crianças. Momentos em que passam a se ver em situações que consideram condizentes com as fases subsequentes da vida, dentre elas, as que remetem ao trabalho.

## Referências

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1987.
- BRESSIANINI, Valéria Aparecida. *A infância no povoado da Água Jacutinga: um breve estudo sobre a convivência de crianças da área rural de Ivatuba, Noroeste do Paraná (1960-1980)*. Maringá, 2006. Monografia (Especialização em História) - Universidade Estadual de Maringá.
- DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004.

DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Sérgio (Org.). *Infâncias na metrópole*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memórias da infância na Amazônia. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 317-346.

MARINGÁ, Prefeitura Municipal. *Plano Diretor de Desenvolvimento – Maringá*. PMM/CODEM/DATM, 1967.

MORO, Dalton Áureo (Org.). *Maringá espaço e tempo: ensaio de Geografia Urbana*. Maringá: PGE/UEM, 2003.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SILVA, Maria Alice Setúbal Souza; GARCIA, Maria Alice Lima; FERRARI, Sônia Campaner Miguel. *Memória e brincadeiras na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX*. São Paulo: Cortez, 1989.

VEIGA, José Eli. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2<sup>a</sup> ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

